



Portal de Legislação do Município de Capitão / RS

LEI MUNICIPAL Nº 1.370, DE 11/05/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS (EMPRESAS OU ENTIDADES) VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE IDOSOS E PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO CÉSAR SCHEIDT, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO, RS.,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar CHAMAMENTO PÚBLICO para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS (empresas ou entidades) junto ao Município, visando a prestação de serviços assistenciais de acolhimento a idosos (com 60 anos ou mais) e/ou pessoas portadoras de necessidades especiais, em situação de risco por motivo de abandono, negligência, maus tratos, somente quando não houver alternativa viável de proteção.

Parágrafo único. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de auto sustento e convívio com familiares.

Art. 2º O acolhimento de que trata esta Lei, é previsto para:

I - Idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos que residam, comprovadamente, no município há no mínimo 02(dois) anos, salvo casos excepcionais;

II - Jovens e adultos com deficiência que não dispõem de condições de auto sustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituição de longa permanência (Resolução nº 109, de 11/11/2009 - tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais).

Art. 3º As avaliações passarão sempre por profissional de serviço social da Secretaria Municipal de Assistência Social e o encaminhamento será autorizado somente após esgotadas todas as alternativas de manutenção junto à família.

Parágrafo único. A instituição deverá acolher a pessoa, respeitar as necessidades de moradia, alimentação, cuidados básicos com higiene, saúde, sem prejuízo dos direitos básicos da cidadania.

Art. 4º O credenciamento citado no art. 1º, deverá ser aberto, através de Chamamento Público, preferencialmente, às empresas e entidades do Município ou região, como forma de facilitar a manutenção dos vínculos, abrindo-se exceções em casos de não haver empresas ou entidades próximas que realizem o acolhimento de acordo com os serviços assistenciais necessários para cada usuário.

Parágrafo único. O objeto do Credenciamento poderá ser prestado simultaneamente por mais instituições ou empresas, desde que estejam devidamente habilitadas.

Art. 5º O edital de Chamamento Público para fins de Credenciamento deverá observar o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis e no máximo de 30 (trinta) dias úteis.

Art. 6º O Município contribuirá com valor mensal equivalente a 30,50URM's (Unidade de Referência Municipal) por acolhido independente do grau de dependência, nos termos da [Lei Municipal nº 891/2009](#), atualizada pela [Lei Municipal nº 1.364/2018](#).

Parágrafo único. O valor será atualizado anualmente, conforme variação da URM.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, deverão ser informadas no Edital de abertura do Chamamento, correndo por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente e seguintes.

Art. 8º O prazo contratual do credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Art. 9º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÃO, 11 de maio de 2018.

PAULO CÉSAR SCHEIDT
Prefeito Municipal